

“Quem chegou primeiro?” Deslocamento de ribeirinhos na implantação da usina hidrelétrica de Santo Antônio (RO)

“Who Arrived First?” The Displacement of the Riverine Peoples in the Implementation of the Santo Antônio (RO) Hydroelectric Plant

“¿Quién llegó primero?” Desplazamiento de ribereños en la implementación de la central hidroeléctrica Santo Antonio (RO)

Daniete Fernandes Rocha
Jane Aparecida Nunes de Araújo
Mauro Macedo Campos
Luciana Assis Costa

Artigo de investigação

Editor: Edgar Bolívar-Urueta

Data de envio: 2021-6-12 Devolvido para revisões: 2022-06-02 Data de aceitação: 2022-12-13

Como citar este artigo: Rocha, D. F., Araújo, J. A. N. de, Campos, M. M., e Costa, L. A. (2023). “Quem chegou primeiro?": Deslocamento de ribeirinhos na implantação da usina hidrelétrica de Santo Antônio (RO). *Mundo Amazônico*, 14(1), 80-111. <https://doi.org/10.15446/ma.v14n1.96608>

Resumo

Este artigo analisa o deslocamento dos ribeirinhos para os reassentamentos de Novo Engenho Velho e Riacho Azul, no município de Porto Velho-RO, em função da construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, no rio Madeira. A pesquisa teve caráter quantitativo/descritivo, com algumas informações qualitativas, a partir de análise documental, entrevistas semiestruturadas e questionários. Compuseram a amostra três representantes da usina e 28 famílias dos reassentamentos. Os resultados mostram uma visão dos representantes da usina associada aos objetivos da política de desenvolvimento de infraestrutura no país. A partir do apoio às novas habitações e às novas atividades produtivas os gestores consideram que propiciaram condições para que os ribeirinhos deslocados mantivessem suas estruturas familiares, de vizinhança e socioeconômicas, embora cientes das mudanças necessárias

Daniete Fernandes Rocha Professora titular na Faculdade Arnaldo Janssen. Belo Horizonte – MG. Doutora em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5624-5459> E-mail: daniet.rocha@gmail.com

Jane Aparecida Nunes de Araújo Professora aposentada da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: janearaujo2@gmail.com

Mauro Macedo Campos Professor na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Campos dos Goytacazes – RJ. Doutor em Ciência Política pela UFMG. <https://orcid.org/0000-0001-9472-5165> E-mail: mauromcampos@uenf.br

Luciana Assis Costa Professora na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Sociologia pela UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3664-4839> E-mail: lucianaassis.ufmg@gmail.com

nesse processo. Na percepção dos antigos ribeirinhos, trata-se de enfrentar o rompimento de um modo de vida organizado às margens do rio, com as consequências de um deslocamento para outros lugares, em que as antigas condições familiares, sociais e econômicas não se reproduzem e as novas condições apresentam diversas fragilidades, em especial as interdições à atividade de pesca, a pior qualidade da terra para agricultura e o funcionamento deficitário dos equipamentos de saúde, educação e saneamento.

Palavras-chave: ribeirinhos; hidrelétricas; deslocamento; impactos sociais; Amazônia

Abstract

This article analyses the displacement of riverine people to the settlements of Novo Engenho Velho and Riacho Azul, in the municipality of Porto Velho-Ro, due to the construction of the Santo Antônio Hydroelectric Power Plant, on the Madeira River. The research was quantitative/descriptive with some qualitative information, based on document analysis, semi-structured interviews, and questionnaires. Three representatives of the plant and 28 families from the settlements comprised the sample. The results show a view of the plant representatives associated with the objectives of the infrastructure development policy in the country. Based on support for new housing and new productive activities, the managers consider that they provided conditions for the displaced riverine people to maintain their family, neighborhood, and socioeconomic structures, although they are aware of the necessary changes in this process. In the perception of the old riverside dwellers, it is a matter of facing the disruption of an organized way of life on the banks of the river, with the consequences of displacement to other places, in which the old family, social and economic conditions do not reproduce and the new conditions present several weaknesses, in particular the prohibitions on fishing, the poor quality of land for agriculture and the poor functioning of health, education and sanitation equipment.

Keywords: riverine people; hydroelectric plants; displacement; social impacts; Amazon.

Resumen

Este artículo analiza el desplazamiento de ribereños para los reasentamientos Novo Engenho Velho y Riacho Azul, en el municipio de Porto Velho-RO, debido a la construcción de la Usina Hidroeléctrica Santo Antonio, en el río Madeira. La investigación fue cuantitativa/descriptiva, con alguna información cualitativa, basada en análisis de documentos, entrevistas semiestructuradas y cuestionarios. La muestra estuvo compuesta por tres representantes de la planta y 28 familias de los reasentamientos. Los resultados muestran una visión de los representantes de la planta asociada a los objetivos de la política de desarrollo de infraestructura en el país. Con base en el apoyo a la vivienda nueva y a las nuevas actividades productivas, los gestores consideran que brindaron las condiciones para que los ribereños desplazados mantengan sus estructuras familiares, vecinales y socioeconómicas, aunque son conscientes de los cambios necesarios en este proceso. En la percepción de los antiguos ribereños, se trata de afrontar la ruptura de un modo de vida organizado en las márgenes del río, con las consecuencias del desplazamiento a otros lugares, en los que no se reproducen las antiguas condiciones familiares, sociales y económicas y las nuevas condiciones presentan varias debilidades, en particular las prohibiciones a la pesca, la mala calidad de la tierra para la agricultura y el mal funcionamiento de los equipos de salud, educación y saneamiento.

Palabras clave: ribereños; plantas hidroeléctricas; desplazamiento; impactos sociales; Amazonia.

Introdução

Este artigo investiga os impactos na organização familiar, social e econômica da população ribeirinha atingida pela construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio no rio Madeira, em Porto Velho, no estado de Rondônia, Amazônia brasileira, a partir da percepção dos atores envolvidos. O estudo tem como foco os reassentamentos¹ de Novo Engenho Velho e Riacho Azul, criados para abrigar as famílias que tiveram suas terras ocupadas

com a criação do lago e do canteiro de obras na construção dessa usina. Foram criados sete reassentamentos: Novo Engenho Velho, Riacho Azul, São Domingos, Vila Nova de Teotônio, Santa Rita, Morrinhos e Parque dos Buritis (Silva, 2016). Os reassentamentos foram divididos em três categorias: rurais (caso do Riacho Azul), urbanos, e agrovilas (caso do Novo Engenho Velho).

A construção de grandes usinas hidrelétricas (UHEs) resulta em transformações no ambiente onde se instalam e inserem variáveis econômicas, técnicas, políticas, sociais, culturais e ecológicas, em um processo complexo e multidimensional (Reis, 1998; Alves *et al.*, 2018). Desse modo, abarca uma diversidade de atores que se posicionam em relação ao empreendimento, articulando-se ou opondo-se entre si, como foi amplamente divulgado em relação ao processo de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na bacia do Rio Xingu, em Altamira (PA) (Pozzatti Junior e Ribeiro, 2014; Chaves *et al.*, 2019). Considerando o contexto em que não havia “consenso no seio das instituições brasileiras acerca do caso Belo Monte” (Pozzatti Junior e Ribeiro, 2014, p.128), os autores discutem os embates em torno desse empreendimento, como a denúncia de organizações da sociedade civil junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em prol de comunidades indígenas e de ribeirinhos. Historicamente, a formação de barragens impacta especialmente as comunidades tradicionais, dentre as quais os ribeirinhos, que em geral, produzem sua subsistência por meio da pesca e da lavoura (Itacaramby, 2006; Bermann, 2007; De La Villa Hervás, 2020).

As UHEs de Jirau e Santo Antônio, construídas no Rio Madeira, foram colocadas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2006, compondo um mote que faria parte dos investimentos públicos àquela época, tendo por princípio da economia moderna que energia é sinônimo de geração de recursos. Essa construção deu início aos empreendimentos previstos do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira e foi responsável pelo deslocamento direto de 2.840 pessoas, sendo: 1.762 pessoas pela UHE de Santo Antônio e 1.087 pela UHE de Jirau².

A construção das UHEs tensiona o uso do território cuja centralidade é o rio Madeira, sobrepondo o interesse nacional sobre o local, e desestruturando formas consolidadas de sobrevivência, como é o caso dos ribeirinhos, em confronto com o uso do rio para a atração de investimentos destinados a impulsionar o desenvolvimento econômico, com base na expansão da oferta energética (Cavalcante; Santos, 2012). Nesse contexto, o Brasil tem optado pelo incremento na sua capacidade de geração de energia, notadamente na Amazônia, a partir da suposição de que isso evitaria crises em seu suprimento, as quais poderiam gerar obstáculos a atividades econômicas (Almeida Prado Jr. *et al.*, 2016).

Conforme Alves *et al.* (2018), a energia gerada por UHEs é parte importante da matriz energética no Brasil, contribuindo com mais de 60% da eletricidade

consumida no país. Todavia, esse é um dos ângulos de percepção de tais investimentos. Não o único e tampouco isento de controvérsias, sobretudo pelo que se tem de desconstruir, primeiramente, para que se possa construir, bem como os efeitos decorrentes desse processo, sejam ambientais, econômicos, sociais e culturais. No caso dos ribeirinhos, que integram a população tradicional da região Amazônica, são populações que vivem à margem dos rios e são ligados a uma organização territorial em que os recursos hídricos têm centralidade em sua vida econômica e de subsistência e cujas atividades são afetadas em profundidade pela construção desses empreendimentos (Almeida Prado Jr. *et al*, 2016; Silva, *et al.*, 2019). Em geral, estão enraizados em atividades de pesca artesanal e pequena agricultura e inseridos em um modo de vida tradicional não reconhecido no contexto desses grandes projetos (Weißermel e Chaves, 2020).

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2011) calculou que ribeirinhos, pescadores e extrativistas somavam 150 mil famílias atingidas pela expansão energética no Brasil. Nesse processo, os conflitos são latentes, sendo que um dos fatores diz respeito ao fato das populações não serem assistidas pelo Estado por meio de políticas necessárias à sua nova realidade. Merece destaque a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que, até sua conclusão, provisionava-se um alcance de aproximadamente 50 mil famílias atingidas. Com efeito, o processo expropriatório desencadeado a partir da construção de Belo Monte ensejou a colaboração da SBPC em um estudo voltado à compreensão das condições que afetavam os ribeirinhos do rio Xingu em decorrência desse empreendimento (Magalhães, 2017).

Neste artigo, o que se busca é perceber como as mudanças decorrentes de um desses empreendimentos afetam as condições familiares, sociais e econômicas dos ribeirinhos deslocados, neste caso, para o Novo Engenho Velho e Riacho Azul, tema discutido por diversos autores (Little, 2002; Sevá Filho, 2005; Itacaramby, 2006; Bermann, 2007; Pinheiro, 2007; Moret e Guerra, 2009; Dominguez, 2012; Silva, 2016; Alves *et al.*, 2018; Chaves *et al.*, 2019; De La Villa Hervás, 2020). Dentre esses autores, Fearnside (2014) traz uma discussão sobre as barragens do Rio Madeira (Santo Antônio – objeto deste estudo, e também Girau), mostrando impactos negativos para uma população que se compunha, em grande parte, de pescadores.

Fruto desse empreendimento, o Novo Engenho Velho, situado na margem esquerda do rio Madeira, originou-se da comunidade Engenho Velho e seu entorno, como a comunidade de Cachoeira de Santo Antônio, local onde se instalou o canteiro de obras da barragem da UHE Santo Antônio. Para essas famílias, a pesca era a principal atividade, anteriormente à construção da usina. Após o reassentamento das famílias, em 2008, na forma de uma agrovila, o nome da nova comunidade passou a ser “Novo Engenho Velho”. Na mesma margem do rio surgiu o Riacho Azul, em 2010, com famílias

oriundas do Ramal São Domingos, com perfil voltado para a agricultura familiar. Ambos os reassentamentos compuseram um total de 78 famílias (Santo Antônio Energia, 2013).

Este artigo visa, assim, compreender os impactos familiares e socioeconômicos dessa mudança, no contexto da complexidade que envolve esses grandes projetos na Amazônia, para cuja construção, historicamente, observa-se a invisibilidade de grupos sociais tradicionais afetados e sua escassa participação (Tilt *et al.*, 2008; Weißermel e Chaves, 2020).

De forma mais direcionada, o artigo tem por objetivo analisar as mudanças provocadas no modo de vida dos ribeirinhos a partir do processo de seu deslocamento territorial em decorrência da construção da UHE Santo Antônio, na perspectiva da assimetria de poder que se reflete em sua fragilidade frente aos determinantes políticos que envolvem organizações do estado e empreendedores da usina. Essa linha argumentativa tem sido abordada em diversos trabalhos sobre o tema, cujos autores são citados ao longo do artigo.

Dessa forma, com os resultados da pesquisa empírica apresentados no artigo, e sua análise, pretende-se contribuir para a discussão mais ampla sobre o impacto de grandes projetos em grupos populacionais com escasso poder de interferência no planejamento e implementação de políticas atreladas a propósitos de desenvolvimento. Os resultados do estudo são condizentes com a prática recorrente em tais projetos de tratar a participação desses grupos da população, que são diretamente atingidos pelos empreendimentos, em uma perspectiva subordinada a interesses previamente definidos, dos quais estão excluídos, do que resultam profundas modificações em seus modos de vida.

Os ribeirinhos deslocados para o Novo Engenho Velho e para o Riacho Azul tiveram sua participação restringida às opções elencadas pelo empreendimento quanto ao deslocamento necessário para a construção do projeto. Não obstante as ações de mitigação dos efeitos da construção da hidrelétrica em relação aos aspectos familiares e socioeconômicos, as mudanças relacionadas ao deslocamento dos ribeirinhos, por suas características, implicam no desmantelamento de um modo de vida longamente construído, o que impacta negativamente na reconstrução das condições anteriores de vida nos novos lugares de moradia.

Metodologia

Os dados utilizados neste artigo resultaram de uma pesquisa com abordagem quantitativo/descritiva (Trivinos, 1987), complementada com informações qualitativas (Minayo e Sanches, 1993). Foram utilizadas as técnicas de pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionário com perguntas fechadas e abertas (Vergara, 2005; Sá-Silva, *et al.*, 2009). A

pesquisa documental buscou informações quanto ao processo de deslocamento das famílias atingidas pela construção da usina, em documentos relacionados a esse processo. Houve uma consulta à Portaria nº. 716, de 2007, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); ao Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Santo Antônio e a outros documentos publicados sobre a usina.

A coleta de dados primários ocorreu entre maio e junho de 2013 e se iniciou com as entrevistas (Trivinos, 1987) a um administrador e dois gestores responsáveis pelos reassentamentos pesquisados, gravadas com sua anuência, com questões norteadoras relacionadas a esse processo. Os entrevistados foram selecionados intencionalmente, segundo o critério do envolvimento direto com a constituição dos reassentamentos.

Os questionários, com perguntas fechadas e abertas, foram aplicados aos ribeirinhos deslocados, com questões atinentes às mudanças relacionadas ao deslocamento (Carmo, 2007; Prates, 2011). Para a escolha dos reassentamentos pesquisados, adotou-se o critério de maior tempo de constituição e consolidação: o assentamento Novo Engenho Velho, implantado em dezembro de 2008 e o Riacho Azul, em novembro de 2010.

A ideia inicial era a de aplicar os questionários a um representante de todas as famílias estabelecidas nos dois reassentamentos, que perfaziam um total de 78, sendo 40 famílias no Novo Engenho Velho e 38 famílias no Riacho Azul. Para isso, foi realizado um percurso diário no total de 10 dias nos dois reassentamentos, o que possibilitou o contato com todas as famílias. Ao final desse período, obteve-se o aceite e a participação de 28 famílias na pesquisa. Coincidentemente, houve a aceitação de 14 famílias em cada reassentamento, perfazendo um total de 28 famílias (35%) no universo de 78 famílias.

O questionário foi respondido por um representante de cada família e constou de 46 questões divididas em três blocos, além das relacionadas à caracterização dos respondentes. No primeiro bloco, foram contempladas nove perguntas fechadas e seis perguntas abertas relacionadas às condições de vida anteriores ao deslocamento. No segundo bloco, foram contempladas seis perguntas fechadas e três abertas, relacionadas às condições de vida posteriores ao deslocamento. No terceiro bloco, cujas questões complementam as do segundo bloco e tratam mais especificamente da percepção acerca das estratégias da usina, foram contempladas sete questões fechadas e 15 questões abertas.

As respostas a algumas das questões abertas ampliaram a compreensão de percepções dos ribeirinhos a respeito do processo vivenciado, de modo complementar aos resultados dos dados quantitativos. Além disso, as respostas ao roteiro semiestruturado das entrevistas realizadas com os gestores trouxeram alguns dados quantitativos e informações qualitativas que possibilitaram a compreensão de sua visão a respeito de todo o processo.

Os dados quantitativos foram tratados de acordo com a estatística descritiva, na forma de percentuais. As informações qualitativas foram tratadas e analisadas conforme a análise de conteúdo (Bardin, 1979; Oliveira, 2008). Com base em autores como Bardin (1979) e Carmo (2007), buscou-se contrapor o material empírico com o aporte teórico definido para este estudo. A pesquisa seguiu critérios éticos, os participantes não foram identificados, e todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

No intuito de tentar perceber o que representa a percepção dos entrevistados em relação ao grupo populacional de que fazem parte, considerou-se a perspectiva de configuração de Norbert Elias (1994), que argumenta que as relações entre os indivíduos conformam identidades pessoais e sociais de maneira interdependente, o que permite que informações prestadas por pessoas implicadas em um tema de pesquisa possam representar um grupo social. Desta forma, ao considerar a perspectiva de Elias, Minayo (2017) entende que uma entrevista com alguém de um grupo social representa, a um só tempo, um depoimento pessoal e coletivo. No caso em tela, e a partir de um olhar sociológico, os ribeirinhos apresentam-se com características de trabalho e de relações familiares e sociais peculiares e comuns, produzindo na margem das relações capitalistas, sem a elas se integrarem completamente. Tais características que circunscrevem esse grupo social serviram como orientação à investigação sobre as transformações no modo de vida após o deslocamento conduzido pelos responsáveis pela hidrelétrica, em um contexto de forte e habitual escassez de capacidade de poder de influência de ribeirinhos nesse processo.

A construção de hidrelétricas e a população ribeirinha

A resolução 001/1986 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) determina o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para a obtenção do licenciamento ambiental, como no caso da construção de usinas hidrelétricas. O processo do licenciamento é dividido em três partes: a Licença Prévia (LP), por meio da qual se verifica a viabilidade da obra com relação a impactos ambientais; em seguida, a segunda parte, a Licença de Instalação (LI), para a qual deve ser apresentado o Projeto Básico Ambiental (PBA); a terceira parte é a Licença de Operação (LO), expedida após a fiscalização da obra e verificação do cumprimento do PBA, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) (Ribeiro e Moret, 2014). Dentro do Projeto Básico Ambiental (PBA), devem ser definidas as políticas compensatórias.

No caso da UHE Santo Antônio, o PBA incorporou 28 programas socioambientais de natureza compensatória, voltados à atenuação dos impactos da construção da usina (PBA, 2008). Com relação ao meio socioeconômico, incluiu-se um programa de comunicação social para dar suporte à integração

da usina com a comunidade de Porto Velho e apoio à população afetada pelo reservatório. O PBA continha um plano de compensação social para o município de Porto Velho e outros lindeiros à hidrelétrica, incorporando iniciativas de melhoria dos serviços públicos em várias áreas, em parceria com órgãos estaduais e municipais. O PBA previa o deslocamento dos ribeirinhos afetados pela construção do reservatório da hidrelétrica.

A condução de um processo desse porte não é isenta de controvérsia. De acordo com Ribeiro e Moret (2014), várias considerações sobre a operacionalização da obra foram feitas e direcionadas ao Consórcio Furnas/Odebrecht, responsável pela construção da UHE Santo Antônio, dentre elas a de que os estudos de impacto ambiental foram realizados às pressas e as análises socioeconômicas revelaram-se incompletas. No caso da UHE Santo Antônio, as audiências públicas teriam sido insuficientes e superficiais, dada a dimensão do projeto, e vários problemas enfrentados pela população deslocada foram detectados nos reassentamentos, de acordo com vistoria realizada pelo IBAMA em 2013 (Ribeiro e Moret, 2014).

A condição de deslocamento traz um alto custo à população, como mostra, dentre outros estudos, o relatório elaborado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para o caso da UHE Belo Monte, inserida no PAC, em construção desde 2010 no rio Xingu - PA (Chaves, *et al.*, 2019). Nesse caso, mais ainda se reforça a essencialidade das políticas públicas no deslocamento de ribeirinhos, por ocasião da construção de hidrelétricas. Tais políticas compõem um conjunto de estratégias de atuação pública, são estruturadas por meio de um processo decisório complexo, com uma pluralidade de atores e interesses. São de responsabilidade da autoridade formal, mas vêm sendo cada vez mais compartilhadas com a sociedade civil, por meio de mecanismos de participação no processo decisório (Saravia, 2006). No caso da construção de hidrelétricas, observa-se que as decisões sobre a instalação desses empreendimentos obedecem a variáveis que, em geral, escapam ao debate mais amplo, especialmente quanto à participação das populações afetadas (Valencio, 2017; Chaves *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2020).

As hidrelétricas inserem-se nos grandes empreendimentos estruturados segundo grupos de interesses que se expressam em coalizões políticas cujas dinâmicas se definem na esfera nacional e na internacional, em associação com o próprio estado, e, muitas vezes, com grupos de interesse locais (Vainer, 2007). No caso do rio Madeira, o esforço no sentido da busca por decisões favoráveis ao projeto contou com o apoio de Furnas, associado ao da Construtora Odebrecht. Andréa Zhouri (2008) aponta uma incongruência entre os avanços dos arranjos institucionais/legais em torno da questão ambiental e sua efetiva implementação, em razão da crença central disseminada (e reducionista) no desenvolvimento como crescimento econômico. Desta forma, a dinâmica

nacional se insere em um movimento mais global que repercute nos contextos locais, em termos de injustiça ambiental e desrespeito à diversidade cultural.

A partir dos anos 2000, os impactos sociais e ambientais ganharam destaque com os planos para a expansão de hidrelétricas (Fearnside, 2005). Não obstante os conflitos desencadeados pela implantação desses empreendimentos, a narrativa era a de que seus efeitos estariam subordinados à questão energética (Sigaud, 1988; Ferreira, 2020). No Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006/2015, do Ministério de Minas e Energia (MME), foram considerados prioritários os projetos no rio Madeira, em Rondônia (Santo Antônio e Jirau), e no rio Xingu, no Pará, o projeto Belo Monte, todos inseridos no PAC, para o qual se previa investimentos em infraestrutura na área de energia (geração e transmissão) (Brasil, 2006).

Todavia, a diversidade de valores atribuídos à água, à energia e às hidrelétricas espelha a complexidade envolvida no processo de implantação desses empreendimentos e chama atenção para aspectos não ponderados nas políticas de compensação. Diferentemente da visão dos empreendedores, uma hidrelétrica para a população atingida representa uma mudança de vida, como é o caso do ribeirinho que vive da pesca e que é obrigado a sair do local de onde retira a sua subsistência, para o qual a hidrelétrica representa um risco à sua sobrevivência e à de sua família (Sigaud, 1988). Os conflitos socioambientais ocorrem quando um grupo tem ameaçada a sua forma de apropriação e uso do recurso ambiental, por impactos inesperados e indesejáveis decorrentes da ação de outros grupos (Acsehrad, 2004).

O argumento recorrente na defesa das UHEs recai sobre as necessidades de desenvolvimento social e econômico. Já os que são contrários, em boa medida têm pouco poder político e econômico (como exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB), e salientam a natureza dos impactos adversos, tais como o aumento do endividamento público, o deslocamento e o empobrecimento de populações, a perda da biodiversidade dos ecossistemas e dos recursos pesqueiros importantes, bem como a divisão desigual dos custos desses empreendimentos e dos seus benefícios (Mielnik, 1988).

Nessa perspectiva de análise, no jogo político relacionado à questão do licenciamento ambiental, medidas mitigadoras e compensatórias são incorporadas como “externalidades” ambientais e sociais, e desde que não inviabilizem economicamente o projeto. Assim, são anuladas as diversidades socioculturais em nome do suposto desenvolvimento (Zhourri, 2008).

As populações tradicionais possuem profundas conexões com o meio natural em que vivem, em geral produzem sua subsistência por meio da pesca e da lavoura (Itacaramby, 2006; Bermann, 2007; De La Villa Hervás, 2020). Essas populações possuem

“(...) um tipo de organização econômica e social com pouca ou nenhuma acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nelas produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura, pesca, coleta e artesanato” (Diegues e Nogara, 1994, p.94).

Neste sentido, para autores como Little (2002, p. 23),

“(...) o uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico, capaz de juntar fatores como a existência de regime de propriedades comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis”.

As populações tradicionais, entre elas os ribeirinhos, foram reconhecidas pelo Decreto Presidencial nº 6.040, de fevereiro de 2007. No âmbito dos grupos sociais tradicionais, em uma perspectiva sociológica, o ribeirinho pode ser visto como uma fração do campesinato, que produz e se reproduz nas franjas das relações capitalistas, às quais se integra de forma incompleta, combinando múltiplas atividades cujo produto destina-se, alternadamente, à própria subsistência e ao mercado. Sua existência ancora-se em uma rede de relações sociais que envolvem o parentesco, a vizinhança, por vezes o compadrio, e é essa rede que dá sustentação às relações de troca e reciprocidade que sustentam a sobrevivência e a relação com o mercado (Magalhães, 2017). Os ribeirinhos vivem em pequenas comunidades, em sua maioria à beira dos rios e dos igarapés (Scherer, 2006), praticando atividades com forte dependência da mão de obra familiar (Fraxe, 2000).

A implantação de grandes projetos desencadeia um processo de rupturas socioculturais e de desarticulação das redes sociais dessas populações (Reis, 1998; Hanna, *et al*, 2016). Norbert Elias (2000) enfatiza a existência dos indivíduos em interdependência com o mundo social, em uma teia de relações que resulta em pertencimento, coesão social e laços societários. A abordagem de Elias mostra que indivíduos e sociedade são elementos de uma mesma estrutura, embora sofram transformações e não sejam estáticos (Costa, 2017). Um processo de deslocamento gera mudanças que resultam em impactos na vida pessoal e nas interações sociais dessas populações. Na perspectiva do discurso dominante, é visto como meramente inerente à marcha do progresso, o que engendra uma injustiça epistêmica definidora das atividades não aderentes ao padrão capitalista como equivalentes ao atraso, o que provoca a invisibilidade do discurso e das práticas de grupos tradicionais (Weißermel e Chaves, 2020).

Nessas circunstâncias, as comunidades afetadas por grandes projetos são comunicadas sobre a possibilidade de instalação de um empreendimento, em geral, quando o processo de licenciamento se encontra em estágio avançado. Embora a legislação preveja a participação da população nas decisões quanto ao direcionamento dos empreendimentos, não se observam mecanismos institucionais que levem em conta tanto as demandas quanto o conhecimento detido pelas comunidades quanto aos impactos

socioambientais dos projetos, inclusive por não disporem de informações para seu posicionamento (Zhour, 2008; Chaves *et al.*, 2019).

Para as populações rurais e ribeirinhas mais comumente vitimadas, é nesse contexto que ocorre a destruição e perda do acesso às áreas de produção e extração de recursos naturais, o rompimento das relações sociais comunitárias e, em alguns casos, a desagregação da família (Pinheiro, 2007). Tais considerações norteiam o objetivo deste artigo, no sentido de interpretar as consequências da construção da UHE de Santo Antônio para os ribeirinhos afetados e deslocados à luz das assimetrias de poder que conferem a esse grupo populacional uma escassa capacidade de participação em todo o processo.

Resultados e discussão

Usina Hidrelétrica de Santo Antônio: características e legitimação

A UHE Santo Antônio localiza-se na região de Porto Velho (RO), tendo como curso d'água o Rio Madeira, e possui área total de 1,4 milhão de quilômetros quadrados (km²). O estado de Rondônia possui atualmente 1,8 milhão de habitantes (IBGE), e os atingidos pela construção da usina são aproximadamente 2.000 pessoas, conforme dados divulgados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Porém, de acordo com Ribeiro (2013), o número preciso de pessoas atingidas é difícil de ser estimado, inclusive porque apresenta variação ao longo do tempo. Para a criação da UHE Santo Antônio foi obtida a licença prévia e realizado, pela ANEEL, o leilão de concessão e venda de energia. A partir da Portaria nº. 716, de 2007, da ANEEL, houve a habilitação do Consórcio Madeira Energia (MESA), constituído pelas empresas: Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda. (17,6%); Construtora Norberto Odebrecht S.A. (1%); Andrade Gutierrez Participações S/A (12,4%); Cemig Geração e Transmissão S/A (10%); Furnas Centrais Elétricas S/A (39%) e Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia (FIP – dos bancos BANIF e Santander).

O financiamento do projeto coube ao capital dos acionistas, a recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio de financiamento direto e de repasse do FI-FGTS (Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), e ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) (Stolerman e Castro, 2013). Foi criada a Santo Antônio Energia, concessionária responsável pela implantação e operação da UHE Santo Antônio. A licença de instalação da UHE Santo Antônio, de nº 540/2008, foi emitida pelo IBAMA ao consórcio Madeira Energia S.A., em agosto de 2008 (posteriormente a concessão foi transferida à concessionária Santo Antônio Energia). A construção da usina iniciou-se em agosto de 2008.

O trabalho de construção foi precedido pela atuação da equipe de sustentabilidade da concessionária Santo Antônio Energia, que realizou a negociação fundiária com as comunidades locais (Santo Antônio Energia, 2013). As exigências anexadas às licenças ambientais, em forma de condicionantes, reforçavam o caráter legitimador que as medidas de mitigação e compensação expressam, vinculando o empreendimento à oferta de serviços básicos e oportunidades não existentes na ausência dos projetos, o que favoreceu a sua aceitação perante a população. No caso presente, a UHE Santo Antônio construiu uma infraestrutura de postos de saúde, escolas, estação de tratamento de água e poços artesianos profundos com clorificação, nos assentamentos de Novo Engenho Velho e Riacho Azul, ficando a cargo da prefeitura a sua manutenção e funcionamento (Santo Antônio Energia, 2013).

A divulgação dos benefícios advindos com a construção da hidrelétrica atuou como fator de legitimação do empreendimento, mas sem evitar conflitos, destacando-se as tentativas de impedir sua construção e a atuação do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) (Montero e Forero, 2015; Silva *et al.*, 2019). Ocorre uma similaridade com a construção de Belo Monte, que, em meio a protestos e contestações, foi anunciada como a chegada do desenvolvimento, da modernidade e de uma melhor qualidade de vida que seria oferecida às populações desapropriadas (Weißermel e Chaves, 2020)³. Repete-se uma assimetria nas decisões, associada à desconsideração dos interesses da população que habita áreas inundadas, inclusive pela injustiça epistêmica, por atores que põem em marcha esses empreendimentos, ancorados em elevado poder de defesa de seus interesses (Stolerman, Castro, 2013).

Caracterização dos reassentamentos

A Santo Antônio Energia implantou o Programa de Remanejamento da População Atingida com o objetivo de realocar as famílias que residiam nas áreas necessárias para a formação do reservatório e canteiro de obras (IBAMA, 2008). As alternativas de negociação foram reassentamento, recebimento em dinheiro das indenizações das benfeitorias e carta de colocação. Para realocar os ribeirinhos que optaram pelo reassentamento, a concessionária construiu 548 casas em sete reassentamentos, dentre os quais o Novo Engenho Velho e o Riacho Azul (Santo Antônio Energia, PBA). A figura 1 ilustra a localização dos dois reassentamentos.

A comunidade de Novo Engenho Velho está localizada na margem esquerda do Rio Madeira, na vazante da cachoeira de Santo Antônio, distante de Porto Velho aproximadamente oito quilômetros. Foi o primeiro reassentamento concluído e implantado (em dezembro de 2008), com famílias originárias do Engenho Velho e seu entorno, no local onde foi instalado o canteiro de obras. A denominação Engenho Velho teve origem em um engenho de moagem de

cana no local, que funcionava em uma propriedade pertencente a espanhóis (chamava-se, então, Engenho). Essas famílias praticavam principalmente a pesca artesanal. O reassentamento para o qual foram deslocadas tem o formato de agrovila rural, dividida em 40 casas e lotes rurais com três hectares, contendo em média 40 famílias (pesquisa documental). A nova configuração foi renomeada de “Novo Engenho Velho”.

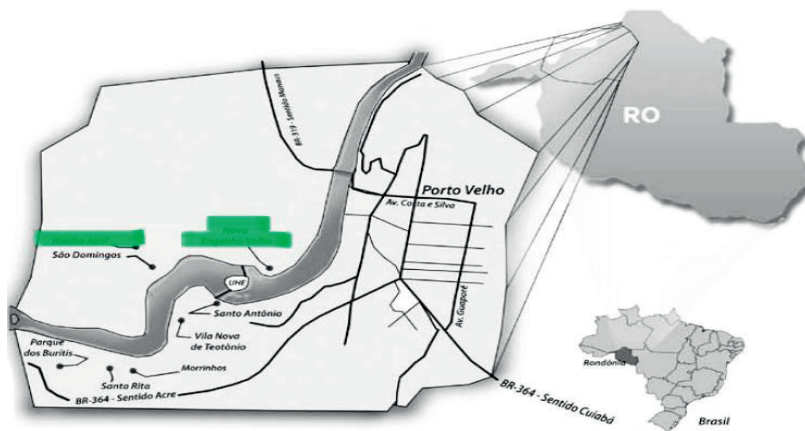


Figura 1. Localização dos reassentamentos Novo Engenho Velho e Riacho Azul

Fonte: SANTO Antônio Energia - Remanejamento, p. 19.

Constata-se que houve uma pressa no deslocamento das famílias para esse reassentamento, em razão da urgência para o início das obras, o que suscitou a remoção para locais provisórios até que as casas da agrovila estivessem prontas (Stolerman e Castro, 2013). As casas desse reassentamento são de alvenaria, com água tratada, rede de esgoto e quintal para produção de alimentos, frutas e criações com área de 2 mil m². Além disso, há 22 lotes de produção individuais e um único comunitário. A comunidade é dotada de igreja, posto de saúde, centro comunitário, área de lazer e escola (Santo Antônio Energia, 2013).

O reassentamento Riacho Azul, localizado no ramal São Domingos, também na margem esquerda do Rio Madeira, a cerca de 20 quilômetros de Porto Velho, foi implantado em novembro de 2010, com famílias originárias desse mesmo local (São Domingos e São Sebastião). Foi nomeado em razão de um rio ali existente também chamado Riacho Azul (Santo Antônio Energia, 2013). Tem formato rural com lotes de 3 a 30 hectares, distribuídos a 38 famílias, que anteriormente desenvolviam principalmente a agricultura familiar. Os ribeirinhos oriundos de outras localidades citadas pelos entrevistados (Jatuarana, Porto Seguro, Cachoeira de Teotônio e Porto Velho) dividiram-se entre os dois reassentamentos. As residências da comunidade Riacho Azul são em alvenaria, com energia elétrica, água encanada tratada e esgoto. Contam

com escola de ensino fundamental, centro de apoio ao reassentado, centro comunitário, unidade básica de saúde, templos religiosos, estradas de acesso internas. Possuem poços individuais para fornecimento de água para animais domésticos, horta e pomar (Santo Antônio Energia, 2013).

Por meio de um convênio firmado com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (EMATER-RO), a Santo Antônio Energia desenvolveu o Programa de Reorganização das Atividades Produtivas, baseado em assessoria técnica, social e ambiental, para as famílias de ambos os reassentamentos (IBAMA, 2008). Equipamentos agrícolas (trator, grade aradora, grade niveladora, distribuidor de calcário, roçadeira, plantadeira de mandioca e lâmina plaina) foram doados para associações de moradores criadas pela usina para ambos os reassentamentos (Santo Antônio Energia, 2013). A equipe da Assessoria Técnica, Social e Ambiental da EMATER (ATES/EMATER) capacitou os membros da diretoria das associações e auxiliou no planejamento da utilização dos equipamentos pelas famílias. Os programas desenvolvidos tiveram duração de três anos, contados a partir da mudança para o novo local, como condicionante da licença de instalação (IBAMA, 2008).

O processo de deslocamento da população ribeirinha pela perspectiva da usina

O consórcio construtor da UHE Santo Antônio firmou contrato com a organização não governamental (ONG) Centro de Pesquisas de Populações Tradicionais – Cuniã (CPPT – Cuniã), que conta com o apoio da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), para fazer a comunicação com as comunidades. Essa ONG atua, desde 2008, em parceria com a Santo Antônio Energia no programa de comunicação social da UHE Santo Antônio e é responsável pelas informações a respeito do empreendimento e questões envolvidas, principalmente, com o deslocamento dos atingidos pelo empreendimento. A estratégia inicial era informar a todos sobre o processo da construção da usina.

Depois da empresa instalada, houve continuidade na comunicação social por três anos, com a participação da equipe fundiária, voltada para o deslocamento dos ribeirinhos, e nesse período foram realizadas muitas reuniões com as famílias atingidas, em torno de 200, de acordo com informações do administrador da usina. Uma equipe de engenheiros e técnicos foi responsável pela elaboração dos critérios de escolha dos lugares para os quais seria deslocada a população atingida, incluindo-se a verificação do nível do lago, juntamente com agentes reguladores, entre eles a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Após a definição do território, foi elaborado o estudo socioeconômico das famílias destinadas aos reassentamentos pela equipe de comunicação social

da empresa e elaborado um estudo sobre a vida dessas pessoas no local de origem. Esses estudos foram realizados dois anos antes do início das obras, em 2005, mas as conversas com os ribeirinhos se iniciaram a partir de janeiro de 2008, por meio da ONG CCPT-Cuniã. Isso mostra uma incongruência com a idéia de que os diretamente atingidos deveriam ser envolvidos nas fases de planejamento e de decisão sobre seu deslocamento e reassentamento, com vistas ao aprimoramento das estratégias de reparação para esses grupos (Chaves *et al.*, 2019).

As alternativas de negociação foram o reassentamento, compensação financeira e uma carta de colocação. Conforme um entrevistado, na opção pelo reassentamento, cada família recebeu uma indenização em dinheiro pelas benfeitorias do local de origem, como a criação de gado e de galinhas, curral, pastagem, pomar e plantio. O entrevistado enfatizou que, no novo local, as famílias receberam casa com água encanada e fossa séptica, sumidouro, cerca, dois hectares de mandioca plantada, 100 mudas frutíferas, adubo e um plano auxílio de compensação para a reorganização da atividade produtiva, que variou de R\$12 a R\$24 mil reais (em valores não deflacionados). Adicionalmente, as famílias receberam um plano de compensação financeira de acordo com sua renda, calculado sobre um valor futuro, para seu sustento até a adequação no novo local. Na opinião desse entrevistado, “teve família que recebeu, entre patrimônio e indenização, uma quantia que, de outra forma, não teria essa oportunidade”.

Um entrevistado da Santo Antônio Energia relata os critérios adotados no deslocamento dos ribeirinhos para os reassentamentos.

A ideia era reproduzir as condições de origem, utilizando como exemplo, o assentamento de Novo Engenho Velho, onde as próprias famílias escolheram ficar nesse local, pois era próximo à cachoeira. O modelo de assentamento agrovila e lotes produtivos separados, foram escolhidos pelos ribeirinhos, houve o processo participativo e coletivo, e a negociação foi individual, porém as pessoas, de livre escolha, indicavam um advogado e mesmo sem indicação da família, a Santo Antônio teve que dispor de uma assessoria jurídica para atender a um item do edital. De um modo geral, as negociações eram feitas com representantes (Representante da Santo Antônio Energia, 2013).

Ao relatar sobre as dificuldades de deslocamento das famílias, os entrevistados alegaram a complexidade de se conseguir o equilíbrio entre o interesse de cada ribeirinho e o que era possível dentro do processo de licenciamento, ocorrendo resistência às opções elencadas, dados os interesses dos sujeitos envolvidos no processo. O responsável fundiário da usina afirma que “por estar implantando uma usina, tem um empreendimento que é uma máquina de fazer dinheiro infinito. E não é! É um negócio como qualquer outro. Você tem que saber o quanto vai gastar para ter lucro”, afirma o representante da usina. “Esse é o ponto nerval do deslocamento, continua

(...) a ação do movimento social vai ao sentido de que o empreendedor deve prover a vida inteira, mas não é esse o papel do empreendedor. Ele tem marcos de regulação, ele apoia, ele cumpre as obrigações”.

A reação dos ribeirinhos era emocional por estar saindo de um lugar que ele escolheu para morar, mesmo sem ter tido muitas opções de estar em outro lugar e estar sendo levado para outro lugar! Só que ele estava sendo levado com um aporte financeiro muito grande. Se sentia contente por estar adquirindo uma coisa que ele não tinha e triste, emocionalmente falando, por estar saindo de um lugar que viveu anos ali. Os mais idosos foram mais difíceis (Gestora da Santo Antônio Energia, 2013).

Observa-se que a fala do gestor indica com clareza uma forte limitação da participação dos ribeirinhos em todo o processo e se apoia no discurso pautado pelas considerações técnicas e econômico-financeiras do “processo de licenciamento”, em uma lógica refratária a contestações, vistas como “resistência às opções elencadas”. Esta constatação coaduna com o que é apontado por Andréa Zhouri (2008), para quem o conhecimento técnico marginaliza formas de expressar outras visões e projetos para o mesmo território, com as falas locais sendo recebidas como emocionais (“choramingas”, aspas da autora) pelos gestores dos empreendimentos. Os dados mostram que a ideia de “reproduzir as condições de origem” colide com as mudanças efetivamente operadas no processo de retirada das famílias de seus locais de moradia anteriores para ceder espaço à construção da usina. Isso acontece porque os processos de reparação privilegiam as perdas materiais e sua compensação por indenizações pecuniárias, que negligenciam a perda de acesso a recursos antes explorados pelas famílias, dentre outras perdas não passíveis desse tipo de compensação (Chaves *et al.*, 2019).

Tais apontamentos sobre a construção das hidrelétricas, percebidos nas falas dos gestores, se assemelham ao observado por Silva *et al.* (2020), ao analisarem os aspectos relacionados aos direitos dos afetados pela construção da usina hidrelétrica Tabajara, no município de Machadinho D'Oeste, em Rondônia. De acordo com os autores, “a natureza dos processos decisórios dos grupos econômicos controladores se origina em um ambiente avesso à participação pública, à margem de qualquer debate” (Silva *et al.*, 2020, p. 414).

Uma gestora argumentou no sentido de que houve uma melhoria na qualidade de vida dos ribeirinhos, entendendo as dificuldades no deslocamento como decorrentes do “afeto” em relação ao local de origem e passíveis de solução no novo local, evidenciando novamente a perspectiva emocional de interpretação das manifestações dos ribeirinhos.

A Santo Antônio Energia investiu nessa parte de processo, cerca de R\$ 300 milhões só no remanejamento. Esse é o ponto de maior dificuldade, mas, passado o tempo, as famílias vão para o local, vão amadurecendo, recebem todo apoio, assim, criam vínculo com a nova localidade (Representante da Santo Antônio Energia, 2013).

A partir das falas dos gestores, percebe-se um discurso homogêneo, com ênfase no entendimento de que a população se deslocou para um lugar melhor, o que seria corroborado pelos indicadores de monitoramento desde o início do processo. Segundo um dos entrevistados,

Muitas vezes, na beira do rio, dependendo das condições, você não consegue isso devido à localização, não que seja um lugar ruim, não é, é bom também, tem suas peculiaridades. Mas, a qualidade de vida no reassentamento sem dúvida é um fator de melhoria.

De certa forma, o discurso dominante da usina pode estar embasado na consideração de que os programas de reassentamento implicam em um maior comprometimento do empreendimento, em relação a outras formas de compensação, como a indenização em dinheiro, por disporem instalações físicas e apoios (técnico e financeiro) aos reassentados, uma vez que o reassentamento tem sido recomendado como a forma mais adequada de compensar as perdas decorrentes da construção de barragens (Chaves *et al.*, 2019).

Os trabalhos de campo apontaram que os três gestores alegaram não ter havido impactos negativos para os ribeirinhos em relação à sua organização familiar, tendo em vista que os membros das famílias puderam permanecer juntos graças ao reassentamento. Nessa mesma perspectiva, os aspectos relacionados à cultura, às tradições, ou mesmo ao vínculo do ribeirinho com o rio, cuja ruptura impacta a vida social e econômica e a própria vida familiar, não tiveram destaque por parte dos entrevistados, não sendo valorizada a forma de sociabilidade adaptada ao modo de vida ribeirinho. O que se percebe é que os laços societários e culturais inseridos no território anteriormente à implantação da hidrelétrica eram invisibilizados.

Como relata um dos entrevistados, “(...) do ponto vista social, a região não tinha uma organização social, não tinha associação. Agora, orientamos a criação de organização social, como associações de moradores” (Gestora da Santo Antônio Energia, 2013). No Riacho Azul foi constituída a Associação dos Produtores Rurais de Riacho Azul (ASPRAZUL) e no Novo Engenho Velho a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Novo Engenho Velho. Todavia, sem desmerecer a importância das associações para as novas condições de vida, de fato relevantes, a existência anterior ostenta formas de sociabilidade que expressam relações de reciprocidade e se manifestam como uma configuração social típica que sustenta o modo de vida ribeirinho (Scherer-Warren, 2006; Hanna, *et al.*, 2016), o que inclui o patrimônio cultural e imaterial das famílias e comunidades (Chaves *et al.*, 2019). Além disso, uma ação exógena, no sentido de formalizar a vida associativa sem uma participação ativa dos atores nessa organização, pode refletir em uma baixa adesão das pessoas ao longo do tempo (Zhoury, 2008).

A desconsideração do modo de vida anterior pode ser exemplificada pela fala de um gestor, segundo o qual o Novo Engenho Velho é o campeão em recebimento de projetos desenvolvidos pela empresa, mas não é campeão de resultados, pela dificuldade em aceitar as propostas de projetos mais apropriados (na visão da empresa) às necessidades do reassentamento. De forma um tanto contraditória, os gestores admitem consequências de desestruturação a partir da construção da hidrelétrica, quando apontam que, como o reassentamento de Novo Engenho Velho é próximo da cidade de Porto Velho, as pessoas que eram, em grande parte, pescadores, tendem a ser atraídas pela oferta de emprego na cidade, e, como consequência, abdicam das atividades demandadas nos lotes que foram demarcados para a agricultura na agrovila rural.

Isso é clássico! Lá tem embarcações, pescadores, funcionários públicos, os filhos trabalham na cidade, outros recebem aposentadorias, seguridade social, programas do governo, enfim, várias outras formas de rendimento. Resumindo, eles não são agricultores! Já o assentamento Riacho Azul é diferente, grande parte das famílias já viviam da produção agrícola (Responsável fundiário da Santo Antônio Energia, 2013).

Não obstante, o mesmo responsável fundiário reafirma que os impactos econômicos negativos gerados pelo empreendimento, “são mitigados com o apoio que a Santo Antônio Energia forneceu durante os três anos que manteve a assistência aos assentamentos”. Isso reforça a afirmação de Zhouri e Laschefski (2010, p. 11), segundo a qual “as políticas ambientais e o sistema de licenciamento do Estado se limitam, na melhor das hipóteses, a colocar condicionantes e medidas de mitigação ou de compensação aos projetos econômicos que causam sérios danos às pessoas e/ou ao meio ambiente”. Como afirma o coordenador fundiário da Santo Antônio Energia,

(...) no começo, é natural que as pessoas tenham essa reação, até porque o discurso que é colocado para as pessoas é o seguinte: eu não tenho terra pra vender, vocês é que querem comprar! Aí argumentamos: Não é essa a questão. É a necessidade do empreendimento no país. E as condições são dadas por esse projeto, ninguém vem para trazer a desgraça a ninguém, se vem, é pra promover o desenvolvimento!

Observa-se a recorrência ao argumento de defesa do projeto como imprescindível ao desenvolvimento, ao qual tudo o mais deve se subordinar, como ressalta Zhouri (2008), contrapondo-o a um posicionamento dos ribeirinhos entendido como equivocado e de defesa de interesse particular, ou como um entrave ao empreendimento (Chaves *et al.*, 2019). Os entrevistados se queixam de que muitas reivindicações dos ribeirinhos deslocados se dirigem preferencialmente à usina, quando deveriam ser atendidas pelas políticas públicas locais, o que decorre, em sua visão, do fato de que a parceria com o estado e a prefeitura no processo de reassentamento “é sofrível, para não dizer conflituosa”, como é demonstrado pela precariedade no atendimento médico (em que a Santo Antônio Energia construiu unidades básicas de saúde

bem equipadas em todos os reassentamentos, mas o único que funciona precariamente é o do Novo Engenho Velho), no transporte público e na coleta de lixo. Trata-se de posicionamento no qual os empreendedores se eximem das consequências de médio e de longo prazos das transformações que são operadas no ambiente das hidrelétricas, de cujas definições, entretanto, participam em concurso com o estado.

O deslocamento na perspectiva dos ribeirinhos

A maioria dos entrevistados (64%) se compunha de pessoas casadas, 54% eram do sexo masculino e 50% dos seus cônjuges trabalhavam (em muitos casos em conjunto com os próprios entrevistados). Foi possível observar o baixo nível de escolaridade dos entrevistados, uma vez que a maioria possuía apenas o ensino fundamental. Mais de um terço (36%) não tinha escolarização, ressaltando-se, porém, que sabiam assinar o nome e fazer algumas contas. A maioria dos entrevistados tinha sua origem no próprio local, tendo passado a maior parte da vida nas comunidades ribeirinhas.

Condições familiares, sociais e econômicas anteriores à construção da hidrelétrica

A percepção dos entrevistados concerning à vida familiar que mantinham antes da construção da usina evidencia a importância do viver juntos, uma vez que 64% consideraram que “o convívio era bom porque moravam todos juntos”. O sentido de união familiar é compartilhar o dia a dia, pela vivência valorativa de certos costumes produzidos e transmitidos em círculos íntimos, como os familiares, de amigos e de vizinhos. O sentimento de que a proximidade e o convívio geram a boa relação está presente nas verbalizações de vários dos entrevistados, valorizando a moradia compartilhada com pais, avós, filhos e netos e ressaltando a importância das redes de relações familiares e de vizinhança, características de populações tradicionais, em que o trabalho e o lazer têm a família como eixo (Fraxe, 2000).

Em termos de autorreconhecimento, a partir de suas unidades sociológicas mínimas – a família, os grupos de vizinhança e de ajuda mútua, os ribeirinhos costumam se identificar pelo “lugar” (Cunha, 2017, p. 36). Para esses grupos sociais, o parentesco e a vizinhança entrelaçam os membros da comunidade em redes sociais que se estruturam, em geral, em torno da pesca e à beira de rios e igarapés (Reis, 1998; Scherer-Warren, 2006). Este é um dado relevante para a compreensão da complexidade que envolve o desmantelamento das condições originárias da vida ribeirinha quando da construção de grandes projetos de infraestrutura.

As características sociológicas desse grupo social articulam suas condições de trabalho. A pesquisa mostrou que, em quase sua totalidade (90%), os ribeirinhos entrevistados desenvolviam suas atividades de trabalho em

lugares próximos à moradia e praticavam a pesca e/ou agricultura como atividade econômica e/ou de subsistência. Pelo relato dos entrevistados, o trabalho próximo à moradia facilitava a execução das atividades, por se tratar, principalmente, de pesca e agricultura desenvolvidas com a família. Dos ribeirinhos entrevistados, 36% praticavam a pesca, 29% a agricultura e a pesca e 25% praticavam apenas a agricultura, em um somatório de 90% dos participantes na pesquisa. Esses números estão de acordo com as características dos ribeirinhos da região amazônica (Zhourri e Laschefski, 2010). De fato, antes do deslocamento, sempre predominou a pesca e a agricultura familiar como atividade econômica e de subsistência (para o consumo direto da família e venda do excedente no mercado). Para os moradores que se deslocaram para o Riacho Azul predominava a agricultura familiar e para os moradores que foram para o Novo Engenho Velho, a pesca, pela proximidade do rio, na Cachoeira de Santo Antônio. Mas destaca-se, para o conjunto dos ribeirinhos, que a pesca representava uma fonte de renda e subsistência para 65% dos entrevistados.

As lembranças são versões emocionadas do passado (Reis, 1998). Na medida em que falam do passado, os entrevistados relembram uma “prainha” existente na Cachoeira de Santo Antônio, que servia para o lazer com a família e os amigos. O rio, com suas cachoeiras e corredeiras, não servia só para o sustento familiar, mas também para o tempo livre que passavam às suas margens. A forma de produção fortemente baseada no uso de recursos naturais (florestas e rios) e na conexão em redes de parentesco e amizade se articula com as próprias atividades de lazer dos ribeirinhos. Trata-se de uma ligação forte com o rio, muitas vezes mítica. Os ribeirinhos acreditam no poder emanado das águas e os entrevistados lembram-se com nostalgia de sua vida anterior ao deslocamento. “Era bom ficar olhando as águas, lá era fresquinho e o barulho da cachoeira acalmava (...)”, relata um morador que viveu por mais de 50 anos às margens do rio e nasceu na cidade de Porto Velho/RO. A pesca e a ligação com o rio, para essas pessoas, representam, além do sustento, um modo de vida e uma cultura que desenvolveram durante muitos anos, o que incluía a alimentação, à base de peixes.

Condições de vida pós-deslocamento: condições familiares, sociais e econômicas

Considerando os locais da pesquisa, Novo Engenho Velho e Riacho Azul, transcorrido algum tempo da criação, é possível analisar mudanças em aspectos familiares, sociais e econômicos após o deslocamento para esses reassentamentos. Em sua maioria (68%), os participantes que responderam aos questionários acreditam que o relacionamento familiar continua bom, pelo fato de residirem em locais próximos. Ao serem reassentados, permaneceram com seus terrenos próximos uns dos outros, inclusive mantendo a antiga vizinhança. Essa situação de proximidade só não aconteceu quando houve a

opção em morar em outra localidade, ressaltando-se que, de acordo com os entrevistados, a usina tentou fazer o deslocamento de acordo com a vontade de cada um, sempre que possível.

Os entrevistados percebem como positivos o acesso ao terreno próprio e a uma casa própria para todos, mesmo para os que viviam em terrenos de terceiros. No local de origem, 68% dos entrevistados moravam em terrenos pertencentes a familiares, em espaços reduzidos. Neste aspecto, as informações dos gestores foram consonantes com as percepções dos entrevistados, que consideram que as casas atuais têm uma qualidade melhor do que as anteriores e destacam o fato de serem construções de alvenaria (anteriormente, suas casas de moradia eram feitas de madeira, na grande maioria de madeira aproveitada). O relatório da SBPC sobre Belo Monte (Francesco *et al.*, 2017) mostra que a palha e a madeira são recursos muito utilizados pelos ribeirinhos na construção de moradias.

Desta forma, 93% apontaram uma melhoria nas condições de moradia, o que corrobora os relatos dos profissionais da usina e está de acordo com conclusões semelhantes do estudo de Almeida *et al.* (2016), que investigou os deslocados para o reassentamento Novo Engenho Velho. Assim, para 68% dos entrevistados, a construção da usina provocou uma melhoria em suas condições de vida em decorrência da aquisição da casa própria. É válido destacar a importância, para esses ribeirinhos, de terem adquirido esses terrenos em decorrência das indenizações negociadas com a usina, mesmo aqueles que não tinham a posse da terra e viviam em áreas de terceiros.

Se vistos em perspectiva com a consideração de que o reassentamento vem sendo recomendado como a forma mais adequada de fazer face ao deslocamento de ribeirinhos (e outras populações tradicionais) em projetos de infraestrutura, esses aspectos ressaltados na pesquisa podem, até certo ponto, serem considerados positivos. É o que se constata, pelo menos, em comparação com o processo de compensação financeira da UHE Belo Monte, em que a opção pelo reassentamento foi a menos praticada (Chaves *et al.*, 2019).

Porém, a pesquisa mostrou que houve uma alteração tanto na distância do trabalho em relação ao local de moradia quanto nas atividades desenvolvidas em conjunto pelos entrevistados, o que causa alterações na vida familiar, entrelaçada na rotina social e econômica dos ribeirinhos. Parte das pessoas continua a trabalhar em áreas próximas à sua moradia (39%), mas a maioria dos entrevistados alegou trabalhar longe de casa (61%), o que pode ter sido ocasionado pelo formato do reassentamento Novo Engenho Velho, que é composto por agrovilas e lotes rurais, em que as residências ficam na agrovila e a agricultura é desenvolvida nos lotes rurais. Os ribeirinhos que foram deslocados para o Novo Engenho Velho perderam a centralidade da atividade da pesca em sua atividade econômica e de subsistência e o rio ficou mais distante em relação à moradia atual. Além disso, após as mudanças ocorridas,

muitos dos ribeirinhos deslocados mudaram suas atividades para a cidade de Porto Velho, ao invés de permanecerem nos reassentamentos. Essa foi, inclusive, uma constatação do representante da usina, que mencionou o fato de que esse grupo populacional era composto basicamente de pescadores que, em muitos casos, uma vez deslocados, buscaram outras atividades produtivas e de subsistência fora do reassentamento.

Como visto, anteriormente à implantação da usina predominavam a pesca e a agricultura familiar nos locais atingidos pela construção da barragem e do canteiro de obras, com destaque para a pesca. Após a implantação da hidrelétrica, sobressai a atividade agrícola. A figura 2 apresenta um comparativo entre as atividades econômicas e de subsistência desenvolvidas antes e depois da construção do empreendimento.

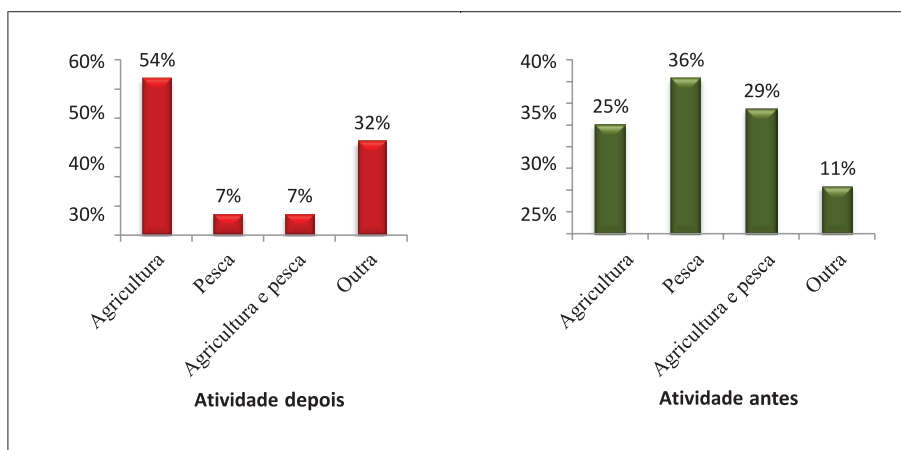


Figura 2. Atividades após o remanejamento. **Fonte:** dados da pesquisa.

A pesca representava 36% das atividades produtivas dos ribeirinhos e 65% em conjunto com a agricultura; após o deslocamento passou a representar apenas 7%, ou 14% se considerada em conjunto com a agricultura. Isso evidencia o maior impacto da construção da usina em relação à atividade de pesca, o que já fora admitido pelo gestor, e está em consonância com resultados de outros estudos, como o de Fearnside (2014). A agricultura passa a predominar (54%), em um percentual significativamente mais elevado do que representava anteriormente (25%), o que mostra que a migração para outras atividades ocorreu principalmente em termos de redução da atividade de pesca. Conforme um dos entrevistados, “agora tudo é proibido, não se pode pescar, estão fiscalizando tudo e o rio também não tem mais peixes (...)”.

Outras atividades (para 32% dos entrevistados) foram relatadas, entre elas o trabalho na construção da barragem. Ressalte-se que anteriormente ao deslocamento as “outras atividades” perfaziam um percentual de 11%.

Esse aumento de outras atividades está de acordo com as transformações associadas ao deslocamento, como ressaltou o próprio representante da usina.

Considerando-se tais transformações na atividade produtiva, foi perguntado aos reassentados a respeito das condições de produção. A pesquisa mostrou que apenas 7% desses entrevistados consideraram que essas condições melhoraram. Os motivos para tão baixo percentual são variados, mas os entrevistados ressaltam que a terra em que é desenvolvida a agricultura precisa de adubação, o que anteriormente não era necessário. Dentre as perdas vivenciadas pelos grupos populacionais deslocados pela implantação de usinas hidrelétricas incluem-se as decorrentes do reassentamento em terras com baixa fertilidade (Alves *et al.*, 2018), o que foi observado, especialmente, junto aos entrevistados do reassentamento Novo Engenho Velho, que alegam haver uma necessidade grande de adubos para o plantio da mandioca e pequenas lavouras. Esse relato coaduna com outras pesquisas, como apontado por Ribeiro (2013), ao destacar que um problema no PBA da UHE Santo Antônio é a inexistência de compromisso com relação à qualidade da terra para uso agropecuário. Resultados de pesquisa atestam o problema enfrentado por ribeirinhos deslocados pela construção de hidrelétricas para terras com baixa fertilidade (Dominguez, 2012; Alves *et al.*, 2018).

A maioria dos pesquisados aprova a assistência técnica/gerencial recebida da EMATER/RO por meio de projetos considerados bons por 82% dos entrevistados. Também, consideram “boa” a atuação das cooperativas e associações (61%). Entretanto, a maioria (82%) considera que não houve aumento na renda familiar, em razão de que o peixe não só tinha um valor maior no mercado, como uma comercialização mais fácil.

Os entrevistados argumentam que a maioria trabalhava e tirava seu sustento da pesca, sendo o valor recebido pelo peixe maior em relação ao que arrecadam com a agricultura. Sempre que questionados sobre o local de moradia anterior, os entrevistados voltam a falar do rio e de como a pesca era farta e as condições de comercialização melhores, na comparação com a atividade desenvolvida posteriormente, que se fundamenta basicamente no plantio da mandioca (que tem um ciclo maior) e na produção da farinha.

Esses são dados importantes, que suscitam uma indagação a respeito de como evoluiu, inclusive, a capacidade de acesso à segurança alimentar para as famílias envolvidas nos reassentamentos, uma vez que a sua principal atividade econômica e de subsistência, a pesca, ficou prejudicada pela construção da barragem, e a atividade agrícola enfrenta problemas, em especial ligados à qualidade da terra e à comercialização dos produtos.

Além do impacto na atividade produtiva e de subsistência, o afastamento em relação ao rio provocou mudanças na forma das famílias desfrutarem o tempo livre. Juntamente com a produção para subsistência e para o mercado,

o rio proporcionava momentos de lazer, como os banhos e a própria pesca, que, para os ribeirinhos, se entrelaçam com a atividade produtiva. São mudanças não incluídas nas políticas de mitigação de danos, como pode ser observado a partir das próprias falas dos gestores do empreendimento.

Observou-se a valorização dos equipamentos públicos de saúde e educação, para os quais, entretanto, foi apontado um funcionamento precário. Os entrevistados do Novo Engenho Velho alegaram que o posto de saúde funcionava precariamente, enquanto os do Riacho Azul revelaram que o posto de saúde não funcionava (à época) por falta de médicos. Os entrevistados reportaram o problema das escolas sem o ensino médio completo, e destacaram o fato de que os jovens trabalham na agricultura e estudam na escola da comunidade até o 5º ano, havendo, a partir daí, a necessidade de deslocamento para Porto Velho.

Isso corrobora as afirmações dos entrevistados da usina no que diz respeito ao escasso apoio das políticas públicas. Contudo, há que se ressaltar que os danos causados às populações deslocadas pela construção de hidrelétricas na região amazônica são profundos e remetem aos arranjos político/empresariais voltados a esses megaempreendimentos, cuja prioridade é a produção de energia (Vainer, 2007), em uma lógica de redução de custos (Chaves *et al.*, 2019). Como afirmam Silva *et al.* (2020, p. 405-406):

As promessas de desenvolvimento local, geração de empregos e melhoria das condições de vida da população próxima das barragens são costumeiramente quebradas em todos os megaprojetos da região amazônica, e o resultado da atividade revela-se devastador, com inúmeras famílias desassistidas e não reparadas integralmente pelos danos sofridos, resultando em enorme dívida social, a exemplo das recentes construções das UHE's de Jirau e Santo Antônio (Rondônia) e Belo Monte (Pará).

Os resultados da pesquisa evidenciam que as alegações dos representantes da usina se descolam da realidade dos ribeirinhos atingidos pela construção da UHE Santo Antônio. As políticas postas em marcha na construção das usinas hidrelétricas, em geral, desconsideram a desarticulação das condições de vida dessas populações, em razão de sua submissão às metas de fomento à infraestrutura, o que é reforçado pelo discurso de defesa do desenvolvimento (Almeida Prado Jr. *et al.*, 2016; Chaves *et al.*, 2019; Vicentinie Albuquerque, 2021).

Chaves *et al.* (2019) argumentam que o atendimento às circunstâncias das novas condições decorrentes das mudanças sociais provocadas pela construção de UHEs requer o aprimoramento de estratégias de reparação. Os autores destacam que o patrimônio cultural e imaterial compõe o conjunto do patrimônio das famílias e comunidades, devendo, por isso, ser considerado no âmbito das reparações de valores monetários e não monetários. Para

tanto, é fundamental que os atingidos tenham garantida sua participação na centralidade dos processos, o que, entretanto, não se observa (Chaves *et al.*, 2019).

A pesquisa mostrou que os ribeirinhos atingidos pela construção da barragem foram unânimes em afirmar que sua participação nos projetos desenvolvidos pela usina foi parcial, o que é consistente com a afirmação encontrada em trabalho da *World Commission on Dams* (2000), em que se destaca que, em geral, a participação das pessoas afetadas ou tem sido superficial ou menosprezada pelos responsáveis por esses projetos, como destacado por Weißermel e Chaves (2020). Chaves *et al.* (2019) argumentam em favor da participação dos atingidos não apenas em relação à escolha do lugar, como, também, no desenho do projeto de reassentamento, mas contribuições nesse processo têm sido raras, no contexto da assimetria de poder que debilita esses grupos populacionais frente a atores políticos e empresariais com capacidade decisiva de estabelecer seus interesses. Observe-se que, em trabalho realizado sobre o assentamento de São Domingos, Ribeiro (2013) aponta que as famílias não foram consultadas quanto às características das novas moradias.

Ficou claro a partir da pesquisa que a participação dos ribeirinhos em todo o processo ocorreu dentro dos limites das opções elencadas pela UHE, o que incluiu a escolha do lugar dos reassentamentos, não afetando decisões tomadas em nível do arranjo político/empresarial do empreendimento. A partir da análise da percepção de reassentados e gestores da UHE Santo Antônio, o discurso alicerçado em critérios de desenvolvimento reforça a invisibilidade dos ribeirinhos nos processos de decisão e a negação epistêmica dessas populações (Zhou, 2008; Weißermel e Chaves, 2020). Nesse contexto, ocorre de fato uma desestruturação do modo de vida ribeirinho baseado em grande parte na atividade da pesca, não obstante a mitigação desses efeitos negativos pela política de reassentamentos e ações compensatórias.

Considerações Finais

Este artigo buscou compreender os impactos que a construção da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, provocou nas condições familiares e socioeconômicas dos ribeirinhos removidos para os reassentamentos de Novo Engenho Velho e Riacho Azul, a partir do posicionamento de gestores do empreendimento e, em especial, da percepção dos reassentados. A premissa é que os ribeirinhos, como parte das populações tradicionais, padecem de uma assimetria de poder frente a atores político/empresariais bem-posicionados em termos de sua participação em decisões estratégicas de grandes empreendimentos de infraestrutura.

Os argumentos em defesa de UHEs se embasam recorrentemente em considerações econômicas que sustentam projetos de desenvolvimento. A

construção desses empreendimentos articula poderosos interesses nacionais, internacionais e, muitas vezes, locais, e sobrepõe o discurso técnico dominante aos posicionamentos das populações afetadas, em uma perspectiva de invisibilidade desses sujeitos, do que decorre uma completa assimetria na participação do planejamento e das decisões atinentes a esses projetos.

Os gestores da UHE Santo Antônio corroboram esse entendimento, ao defenderem que a população ribeirinha se deslocou para um lugar melhor de moradia, nos reassentamentos do Novo Engenho Velho e do Riacho Azul, que dispunham de casas mais bem construídas e de equipamentos de infraestrutura diversos. Os gestores enfatizam que as famílias puderam permanecer juntas nos reassentamentos, o que seria um indicador importante de recomposição das suas condições de vida afetadas pela construção do reservatório, embora tenham admitido a existência de impactos das mudanças ocasionadas pelo projeto da UHE Santo Antônio.

Dentre as ações de compensação previstas para a mitigação de impactos decorrentes da construção dos reservatórios, os reassentamentos têm sido vistos como a forma mais adequada de compensar as perdas das populações deslocadas, frente a outras ações, como a compensação estritamente financeira. Entretanto, ao se considerar a perspectiva dos ribeirinhos deslocados, os resultados mostram que as transformações foram muito profundas, afetando decisivamente o modo de produzir e garantir a subsistência desses grupos populacionais, além dos danos imateriais não computados pelo empreendimento.

Os entrevistados valorizam a aquisição de moradia própria nos reassentamentos, mas percebem os impactos negativos relacionados à perda do papel que a pesca desempenhava anteriormente e aos problemas representados pelos desafios da nova atividade que passa a prevalecer (atividade agrícola), em especial a pior qualidade da terra e a maior dificuldade na comercialização dos produtos (mandioca e farinha), que se reflete em preços menores.

Fica evidenciado que a participação dos ribeirinhos no processo de tais mudanças se subordinou aos interesses político/empresariais do megaempreendimento - UHE Santo Antônio, em uma situação de assimetria de poder na qual se observa a habitual invisibilidade e desconsideração dos aspectos de sociabilidade e perspectivas culturais de tais grupos.

A desarticulação dos espaços anteriores de existência significa uma mudança na configuração social desses antigos ribeirinhos, agora inseridos em novas redes sociais, em decorrência de decisões que se colocam fora do alcance de sua influência, o que requer uma assertiva reconsideração no que diz respeito às políticas públicas direcionadas à construção de obras de infraestrutura no país. Novas pesquisas poderiam acrescentar resultados importantes com relação aos ribeirinhos deslocados para os reassentamentos

aqui considerados, como, por exemplo, as estratégias das famílias no que se refere à inserção dos filhos nas escolas e com relação à segurança alimentar frente à redução drástica do acesso à atividade de pesca, que, anteriormente, ocupava um lugar central no fornecimento de produtos para comercialização e para subsistência.

Notas

¹ Reassentamentos são locais preparados para receber famílias ou comunidades que tiveram que ser transferidas de suas residências originais, por motivos externos à sua vontade (Documento da Santo Antônio Energia, <https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12794/03RemanejamentoPessoas.pdf>)

² Ao longo do processo de construção dessas UHEs, houve, ainda, o deslocamento adicional de um número não divulgado de atingidos (Silva *et al.*, 2019).

³ Uma exposição detalhada desse processo pode ser encontrada em Chaves *et al.*, 2019.

Referências

- ACSELRAD, H. (2004) As práticas espaciais e campo dos conflitos ambientais. In: Acselrad, Henri (org). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- ALMEIDA PRADO JR. F.; ATHAYDE, S.; MOSSA, J.; BOHLMAN, S.; LEITE, F.; OLIVER-SMITH, A. (2016). How much is enough? An integrated examination of energy security, economic growth and climate change related to hydropower expansion in Brazil. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 53, 1132–1136. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2015.09.050>
- ALVES, L. DOS S.; HAGE, S. N. DA S.; PEREIRA JÚNIOR, A. (2018). A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (Altamira, Estado do Pará, Norte do Brasil), o reassentamento urbano coletivo e a avaliação de impactos ambientais. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 5(9), 49-74. <https://doi.org/10.21438/rbgas.050904>
- BARDIN, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BERMANN, C. (2007). Impasses and controversies of hydroelectricity. *Estudos Avançados*, 21 (59), 139-154. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000100011>
- BRASIL (S/F). Agência Nacional de Energia Elétrica. Portaria nº. 716, de 8 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União número 155.
- BRASIL (2006). Ministério de Minas e Energia. Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015. <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/833>

- CARMO, E.M. (2007). *De ribeirinhos a sertanejos do semi-árido: a intervenção socioeducacional na trajetória dos atingidos por barragens*. Dissertação (Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. 152 f. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10167>
- CAVALCANTE, M. M. DE A.; SANTOS, L. J. C. (2012). Hidrelétricas no Rio Madeira-RO: tensões sobre o uso do território e dos recursos naturais na Amazônia. *CONFINES Revista franco-brasileira de geografia*, 15. <https://doi.org/10.4000/confines.7758>
- CHAVES, K. A.; MONZONI, M.; ARTUSO, L. F. (2019). UHE Belo Monte: reassentamentos rurais, participação social e direito à moradia adequada. *Revista Direito GV*. 15(2), <https://doi.org/10.1590/2317-6172201913>
- COSTA, A.O. (2017). Norbert Elias e a configuração: um conceito interdisciplinar. *Configurações*, 19, 34-48. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.3947>
- CUNHA, M. C. (2017). Premissa para a Reparação. In: *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte*. Relatório da SBPC. Magalhães e Cunha (coordenação). São Paulo/SBPC.
- DE LA VILLA HERVÁS, I.V. (2020). “La Producción del Espacio Social en la Amazonía Brasileña a través de las Represas Hidroeléctricas: El caso del conflicto de Belo Monte”. *Relaciones Internacionales*, 45, 185-204. <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2020.45.008>
- DIEGUES, A. C.; NOGARA, P. J. (1994) O Nosso Lugar Virou Parque. São Paulo: NUPAUB.
- DOMINGUEZ, C. (2012). “O Silêncio dos Afogados: o desaparecimento da população ribeirinha no noticiário sobre a construção da Hidrelétrica de Garabi”. *Razón y Palabra*, 79, mayo-julio.
- ELIAS, N. (1994). *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar
- ELIAS, N. (2000). *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FEARNSIDE, P.M. (2005). “Brazil’s Samuel Dam: Lessons for Hydroelectric Development Policy and the Environment in Amazonia”. *Springer Science_ Business Media, Inc. Environmental Management*, 35(1), 1–19. <https://doi.org/10.1007/s00267-004-0100-3>
- FEARNSIDE, P. M. (2014). Impactos das barragens do rio Madeira: Lições não aprendidas para o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia. In: *Hidrelétricas na Amazônia Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras*. Fearnside, P.M (org.) Vol. 1. P. 137- 152. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Ed. INPA, Manaus.
- FERREIRA, R.S. (2020). “The negative effects caused by the construction and operation of hydroelectric plants”. *Research, Society and Development*, 9(7):1-14, e543972406. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.2406>

- FRANCESCO, A. A. DE; FREITAS, A.; BAITELLO, C.; GRAÇA, D. S. (2017). História de ocupação do beiradão do médio rio Xingu. In: *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte*. Relatório da SBPC. Magalhães e Cunha (coordenação). São Paulo/SBPC.
- FRAXE, T. J. P. (2000). *Homens anfíbios: uma etnografia do campesinato das águas*. São Paulo: Annablume.
- HANNA, P.; VANCLAY, F.; LANGDON, E.J.; ARTS, J. (2016). “The importance of cultural aspects in impact assessment and project development: reflections from a case study of a hydroelectric dam in Brazil”. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 34(4), 306-318. <https://doi.org/10.1080/14615517.2016.1184501>
- HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO. Licenciamento ambiental. <https://www.santoantonioenergia.com.br/sustentabilidade/licenciamento-ambiental/>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (s/f). Cidades e estados. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro.html>. _
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. (2008). Licença de Instalação da Madeira Energia S/A.
- ITACARAMBY, K. G. (2006). *Desterritorialização forçada de comunidades tradicionais: casos de injustiça socioambiental*. Dissertação (Programa de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília.
- LITTLE, P. E. (2002). *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropológica, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB). Brasília.
- MAGALHÃES, S.B. (2017). Introdução – a voz dos ribeirinhos expulsos. In: *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte*. Relatório da SBPC. Coordenação: Magalhães, S.B.; Cunha, M. C.da. São Paulo, SBPC.
- MIELNIK, O.; NEVES, C. C. (1988) Características da estrutura de produção de energia hidrelétrica no Brasil. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Org.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: Marco Zero.
- MINAYO, M. C. DE S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo (SP), 5(7), 1-12.
- MINAYO, M. C. DE S.; SANCHES, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?. *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 239-262. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X199300030000>
- MONTERO, C.S; FORERO, A.C. (2015). “Expansión hidroeléctrica, Estado y economías campesinas: el caso de la represa del Quimbo, Huila-Colombia”. *Mundo Agrario*, 16 (31).
- MORET, A. DE S.; GUERRA, SINCLAIR MALLET GUY. (2009). Hidrelétricas no Rio Madeira: reflexões sobre impactos ambientais e sociais. *Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social*, (7).

- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). https://mab.org.br/2013/05/03/sobre_a_barragem_santo-antonio/
- OLIVEIRA, D. C. DE. (2008). Análise de Conteúdo Temático-Categorial: uma proposta de sistematização. *Revista enfermagem UERJ*, 16(4), 569-76.
- PINHEIRO, M. F. B. (2007). *Problemas sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas*: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países. Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos. Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade de Campinas. Campinas.
- POZZATTI JUNIOR, A.; RIBEIRO, L. I. (2014). Entre os Direitos Humanos e a Pressão Política: o Caso Belo Monte no Sistema Interamericano. *Revista Direitos Humanos E Democracia*, 2(4), 107–142. <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2014.4.107-142>
- PRATES, C. D. (2011). *Impactos Socioambientais da Usina Hidrelétrica Dona Francisca*. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS, 2011).
- REIS, M. J. (1998). *Espaços vividos, migração compulsória, identidade*: os camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá. Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- RIBEIRO, A.M. (2013). *Os atingidos pela UHE Santo Antônio em Porto Velho, RO*: análise da comunidade São Domingos. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Rondônia.
- RIBEIRO, A. M. ; MORET, A.DE S. (2014). A construção da Hidrelétrica de Santo Antônio e os impactos na sociedade e no ambiente. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*. Aracaju, 2(3), 81-92. <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2014v2n3p81-92>
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. DE; GUINDANI, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1).
- SANTO ANTÔNIO ENERGIA. <https://www.santoantonioenergia.com.br/>
- SANTO ANTÔNIO ENERGIA. <https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12794/03RemanejamentoPessoas.pdf>
- SANTO ANTÔNIO ENERGIA. http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Documentos%20Oficiais/PBA/pba%204.pdf
- SANTO ANTÔNIO ENERGIA. Remanejamento de Pessoas. <https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12794/03RemanejamentoPessoas.pdf>

- SARAVIA, H. (2006). Introdução à Teoria da Política Pública, In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete. *Políticas Públicas: Coletânea*, v.1 e 2.P. 21-42. Brasília: ENAP.
- SCHERER-WARREN I. (2006). Movimentos Sociais e participação. In SORRENTINO, Marcos (coord.). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESC.
- SEVÁ FILHO, A. O. (Org.). (2005). TENOTÃ-MÕ. *Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. 01. ed. São Paulo: International rivers Network, v. 01. p.344
- SIGAUD, L. (1988). Efeitos de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, L.P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Org.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: Marco Zero, pp.83-166
- SILVA, G. V. L. DA. (2016). *Hidrelétrica de Santo Antônio no rio Madeira/ Rondônia e a (des) territorialização da comunidade de Teotônio: é possível uma (re) territorialização?* Dissertação (Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia). Porto Velho (RO), 106 p.
- SILVA, G. V. L. DA; BATISTA, J. F.; COSTA, G. M. DA. (2019.). Reorganização territorial das comunidades sobre influência das hidrelétricas do Madeira. XIII ENANPEGE. Geografia Brasileira na Ciência-Mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento. São Paulo, 2 a 7 de setembro. https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562639571_ARQUIVO_GT52-girlany-joselia-gean.pdf
- SILVA, R.G.DA C.; CUNHA, G.D.DE O.B.; FERREIRA, R.C. (2020). Hidrelétricas, direitos humanos e alienação do território na Amazônia: estudo de caso da UHE Tabajara – Rondônia. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, 9 (18), <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v9i18.12105>
- STOLERMAN, P.; CASTRO, S. (2013) Alterações no espaço ribeirinho: as consequências da implantação da UHE Santo Antonio para a comunidade Engenho Velho em Porto Velho-Rondônia/Brasil Paula *Revista geonorte* (Edição Especial 3), 7(1), 374-390.
- TILT, B.; BRAUN, Y; HE, D. (2008). Social impacts of large dam projects: A comparison of international case studies and implications for best practice. *Journal of Environmental Management*, S249–S257. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2008.07.030>
- TRIVINOS, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

- VAINER, C.B. (2007). Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. *R.B. Estudos urbanos e regionais*, 9(1), 9-23. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p9>
- VALÊNCIO, N. (2017). Considerações sociológicas acerca de desastres relacionados a barragens e a atual desproteção civil de comunidades ribeirinhas conviventes com o megaempreendimento hidrelétrico de Belo Monte. In: *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte*. Relatório da SBPC. Magalhães e Cunha (coordenação). São Paulo/SBPC.
- VERGARA, S.C. (2005) *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- VICENTINI, J.DE O.; ALBUQUERQUE, C.DE. (2021). O Discurso Desenvolvimentista sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Contexto do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). *Revista Desenvolvimento em Questão*, 19(4). https://doi.org/10.21527/2237-6453.2021.54.28-47_
- WEISSERMEL S.; CHAVES, K.A. (2020). Refusing ‘bare life’ – Belo Monte, the riverine population and their struggle for epistemic justice . *DIE ERDE – Journal of the Geographical Society of Berlin*, 151(2-3), 154-166. <https://doi.org/10.12854/erde-2020-478>
- WORLD COMMISSION ON DAMS (WCD). (2018). *Displacement, resettlement, rehabilitation, reparation and development*, 2000. <http://www.siteresources.worldbank.org/INTINVRES/Resources/DisplaceResettleRehabilitationReparationDevFinal13main.pdf>
- ZHOURI, A. (2008) Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*: Desafios para a governança ambiental. *RBCS*, 23(68), 97-194. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300007>
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). (2010). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG. <https://doi.org/10.7476/9788542303063>